



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
29ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

Registro: 2021.0000453150

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1003957-71.2017.8.26.0268, da Comarca de Itapecerica da Serra, em que é apelante MARIA DOS REMÉDIOS SANTANA DA ROCHA (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado SERGIO DIAS A ESPORTIVA LTDA.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 29ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores FABIO TABOSA (Presidente) E CARLOS HENRIQUE MIGUEL TREVISAN.

São Paulo, 14 de junho de 2021.

JAYME DE OLIVEIRA

Relator

Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
29ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

Apelação Cível nº 1003957-71.2017.8.26.0268

Apelante: Maria dos Remédios Santana da Rocha

Apelado: SERGIO DIAS A ESPORTIVA LTDA

Comarca de Origem: Itapecerica da Serra

Juiz da Vara de origem: Bruno Cortina Campopiano

Voto nº 4323

APELAÇÃO CÍVEL – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – Ação originária de reparação de danos morais e materiais por acidente de trânsito, em que o pedido inicial foi julgado procedente – Sentença proferida em fase de cumprimento que reconheceu a nulidade de citação arguida pelo devedor, para anular todos os atos posteriores à citação nos autos de origem e extinguir o presente cumprimento de sentença – Inconformismo da exequente – Não cabimento – Citação que, nos autos de origem, foi recebida por pessoa mentalmente incapaz – Nulidade da citação – Inteligência do art. 245, do CPC – Sentença mantida – Recurso não provido.

Trata-se de *cumprimento de sentença* requerido por MARIA DOS REMÉDIOS SANTANA DA ROCHA em face de SÉRGIO DIAS ASSESSORIA ESPORTIVA LTDA., em que a r. sentença a fl. 134, reconheceu a nulidade de citação arguida pelo devedor, para o fim de anular todos os atos posteriores à citação ocorridos nos autos de origem, sob nº 1005037-07.2016.8.26.0268, e, por conseguinte, extinguir o presente cumprimento de sentença.

Irresignada, a exequente interpôs recurso de apelação (fls. 147/164) limitando-se, em síntese, a justificar a inércia quanto ao atendimento da ordem judicial para se manifestar sobre a arguição e documentos apresentados pelo executado. No mais, discorreu sobre as dificuldades e os reveses sofridos em razão do acidente que foi objeto da ação originária. Por fim, pugnou pela anulação da sentença e pela manutenção do presente cumprimento.

Recurso tempestivo (fl. 139) e isento de preparo, ante a concessão do benefício da gratuidade judiciária (fl. 37).

Sem contrarrazões (certidão de fl. 167), a despeito da concessão de oportunidade (fls. 165/166).

É o relatório.

Trata-se de cumprimento da sentença proferida nos autos de origem da ação de reparação de danos morais e materiais por acidente de trânsito, sob nº 1005037-07.2016.8.26.0268, ajuizada pela ora exequente, em que o pedido inicial foi julgado procedente (fls. 02/03).

Todavia, em impugnação ofertada às fls. 52/54, instruída com os documentos de fls. 55/117, o ora executado afirma que jamais foi citado, e que tomou conhecimento quanto à existência da demanda acima referida somente nesta fase de cumprimento, em razão de ter havido o bloqueio judicial de ativos financeiros em conta bancária de sua titularidade, por meio do sistema BacenJud (fl. 52).

Ademais, arguiu que a citação realizada nos autos de origem seria nula, pois foi recebida por pessoa que, *além de não possuir qualquer vínculo com a empresa, ainda é portadora de doença mental severa que afeta sua capacidade civil*, invocando os artigos 245 e 248, § 2º, ambos do Código de Processo Civil (fl. 53).

Deste modo, a exequente foi instada a se manifestar sobre a defesa e documentos apresentados, conforme decisão de fl. 127, regularmente publicada no Diário da Justiça Eletrônico em 03.08.2018, em nome da patrona por ela constituída (fl. 128); entretanto, o respectivo prazo transcorreu *in albis* (cf. decisão de fl. 131 e certidão de fl. 132), sobrevindo a r. sentença atacada.

Nesse contexto, em que pesem as razões recursais, melhor sorte não assiste à apelante.

Não obstante a justificativa prestada pela patrona da exequente às fls. 135/136, datada de 29.08.2018, ressalta-se que esta foi apresentada somente com a superveniência da sentença (em 29.08.2018), portanto, quando há muito já havia transcorrido o prazo para se manifestar a respeito da decisão de fl. 127, ou seja, quando a oportunidade já se encontrava preclusa.

Ademais, destaca-se, por oportuno, que falha a patrona da exequente na diligência processual que era de se exigir, haja vista que mesmo tendo juntado aos autos diversas cópias da mesma ficha cadastral da empresa executada (fls. 14/17, 35/36, 44/43 e

48/51), ignorou a informação sobre alteração de endereço da sua sede, o que foi formalizado em sessão realizada no dia 22.07.2014 – conforme se observa em todas as referidas fichas cadastrais. Não obstante, a exequente vem reiterando neste cumprimento de sentença o antigo endereço (fl. 01 - *Rua São Jorge, n° 498*), para o qual, inclusive, foi enviada a intimação expedida nestes autos, em setembro de 2017 (fls. 29/30); de modo que não se pode imputar à parte contrária incúria.

Mas, como se tanto não bastasse, consigna-se que os documentos acostados às fls. 58/117, com efeito, bem demonstram o quadro clínico em que se encontra Ana Cristina do Espírito Santo Paula, que assinou o aviso de recebimento da carta de citação expedida nos autos de origem, destinada ao executado (fls. 12/13).

Infere-se dos referidos documentos que Ana Cristina se encontrava em tratamento desde o ano de 2011, sendo diagnosticada em 16.09.2011, com *quadro psicótico paranóide com importante desagregação / desorganização mental* (fl. 99), e, posteriormente, com *quadro psicótico crônico* (fl. 108).

Embora a interdição do portador desse tipo de transtorno mental não seja regra, isso não minimiza a sua gravidade, requerendo cuidados específicos e constantes. Assim, consideradas as peculiaridades de como cada pessoa pode apresentar os respectivos sintomas, verifica-se que há certa uniformidade no entendimento de que, de modo geral, a psicose se caracteriza por uma desconexão da realidade com desagregação mental, cujos possíveis sintomas incluem delírios, alucinações, fala incoerente e alternância entre estados de agitação maníaco e melancólico, ocorrendo a perda da capacidade de discernir aquilo que é verdadeiro do que é criado em sua mente, sendo comum que a pessoa afetada geralmente não perceba que seu comportamento está alterado¹.

Tal conceito, no caso concreto, vem ratificado pelo relatório acostado a fls. 115, que, a título ilustrativo em meio à farta documentação apresentada, evidencia de forma clara a efetiva incapacidade da receptora da citação em comento, condição em que não poderia mesmo se ter a expectativa de que aquela tivesse discernimento suficiente para

¹ Fontes: Dicionário de psicanálise/Elisabeth Roudinesco, Michel Plon; tradução Vera Ribeiro, Lucy Magalhães; supervisão da edição brasileira Marco Antonio Coutinho Jorge – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998; <https://hospitalsantamonica.com.br/como-saber-se-eu-tenho-psicose-veja-os-principais-sintomas/>; <https://www.google.com/search?q=psicose+defin%C3%A7%C3%A3o&oq=psicose+defin&aqs=chrome.69j69j0j0j22i30j7.10191j1j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>

identificar o documento por ela recebido e encaminhá-lo ao correto destinatário.

A teor do que preceitua o artigo 245 do Código de Processo Civil, *não se fará citação quando se verificar que o citando é mentalmente incapaz ou está impossibilitado de recebê-la*, no entanto, ainda que tal constatação não tenha sido possível ao funcionário da Empresa de Correios e Telégrafos naquele momento, tal fato não descaracteriza o vício do ato, de modo que, na hipótese, é inarredável a nulidade da citação, sob pena de violação ao contraditório, à ampla defesa e ao devido processo legal.

Por estas razões, não comporta qualquer reparo a r. sentença, devendo ser mantida tal como lançada.

Em que pese a sucumbência recursal da exequente, deixo de majorar os honorários advocatícios em razão de não ter havido fixação nesse sentido em primeira instância.

Considera-se prequestionada a matéria constitucional e infraconstitucional, desnecessária a citação numérica dos dispositivos legais, bastando a decisão da questão posta (EDROMS 18205/SP, Min. Felix Fischer).

Diante do exposto, pelo meu voto, **nega-se provimento ao recurso.**

JAYME DE OLIVEIRA

Relator